



## RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Exmos. associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da Fundação Cuidar o Futuro submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2. Enquadramento Económico

A economia portuguesa estagnou no segundo semestre de 2023 e as perspetivas a curto prazo são incertas. A fraca evolução recente da atividade económica, reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Os efeitos da agressão militar russa à Ucrânia e o recente agravamento do conflito no médio oriente, entre o grupo islamita palestino Hamas e Israel, fez com que a Comissão Europeia revesse em baixa das perspetivas económicas sendo que o Banco Central Europeu (BCE) admitiu haver riscos sobre a evolução da inflação na Zona Euro, por via do potencial aumento dos custos da energia. Estes recentes acontecimentos aumentam a incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuem para o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave.

A redução da inflação contribui, juntamente com a dinâmica do emprego e salários, para suportar o rendimento real das famílias. Esta diminuição reflete a repercussão nos preços no consumidor da redução de custos de produção — na sequência da reversão de choques adversos sobre a oferta — bem como uma efetiva transmissão da política monetária.

O crescimento do investimento reduziu-se em 2023, mas deverá recuperar em 2024–26, sob o impulso da melhoria gradual do enquadramento macrofinanceiro e de maiores entradas de fundos da EU.

*João Antunes*      *Paula Barros*

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

**Principais indicadores económicos (%)**

	2019	2020	2021	2022	2023 (a)	2024 (a)
Produto interno bruto (PIB)	2,2	-8,3	5,5	6,8	2,1	1,2
Consumo privado	2,4	-2,8	4,7	5,6	1,0	1,0
Consumo público	0,7	0,1	4,6	1,4	1,1	1,0
Défice (% do PIB)	0,1	-5,8	-2,9	-1,9	1,2	1,3
Taxa de desemprego	6,5	7,0	6,6	6,1	6,5	7,1
Taxa de inflação (IHPC)	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,3	2,9

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat

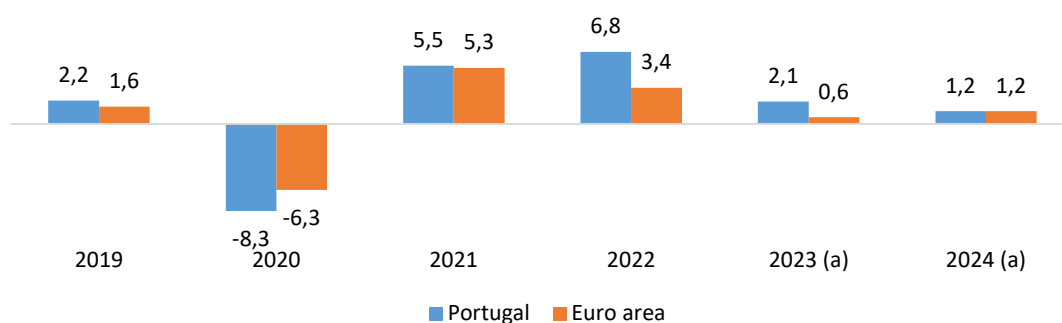
Notas: (a) Previsões OCDE, INE e Banco de Portugal (dez/2023)

O mercado de trabalho continuará a apresentar uma situação favorável, apesar da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais. O salário nominal médio da economia deverá aumentar 7,5% em 2023, 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025–26, num contexto de redução da inflação. As projeções incorporam o salário mínimo anunciado para 2024 e previsto no acordo de rendimentos para 2025 e 2026 (820, 855 e 900 euros, respetivamente, implicando taxas de variação de 7,9%, 4,3% e 5,3%). A evolução em termos reais das remunerações deverá manter-se alinhada com o crescimento projetado para a produtividade em 2024–26.

A economia portuguesa deverá crescer 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026.

Nas projeções do Eurosistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 0,6% em 2023 recuperando para 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023, o diferencial positivo de crescimento da economia portuguesa face à área do euro situa-se próximo de 1,5% e reflete diversos fatores estruturais e conjunturais. O comportamento apresenta-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):

**Taxa de crescimento do PIB (%)**



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia

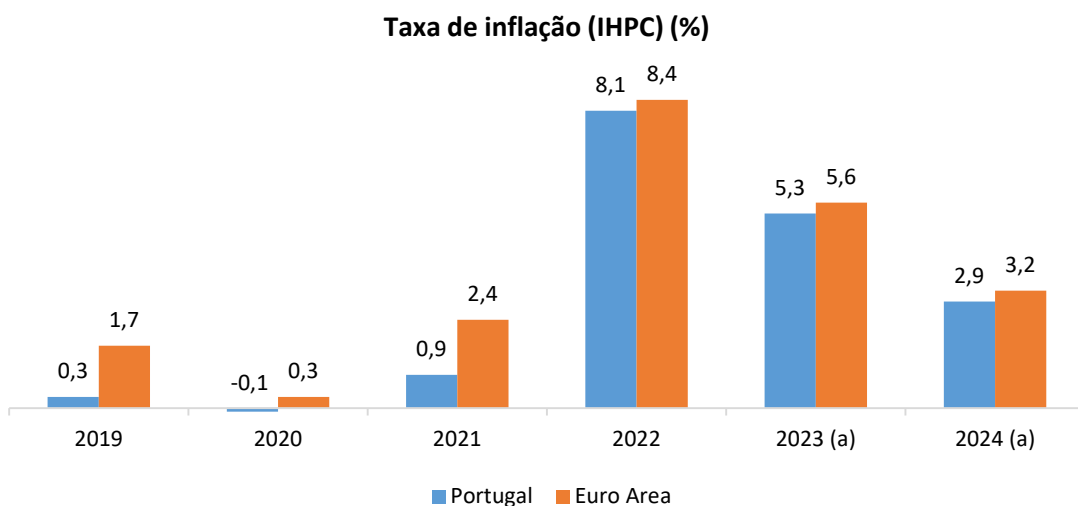
Notas: (a) Previsões OCDE

*João Gomes* *Paula Barros*

De um modo geral, verificou-se um crescimento em alguns países da EU e alguns países a entrarem em recessão, sendo que Espanha atingiu um PIB de 2,4%, a Croácia um PIB de 2,6%, enquanto, a Alemanha atingiu um PIB negativo em 0,3% e a Irlanda um PIB negativo em 0,9%.

Como resposta à subida generalizada da inflação o BCE aumentou as taxas de juro. Em dezembro de 2023, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situava-se em 4,5%, enquanto as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito em 4,75% e 4%, respetivamente.

Em 2023, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 4,3%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%), enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 5,3% em 2023 (8,1% no ano anterior). O comportamento e evolução das taxas de inflação (IHPC) apresentam-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e OCDE  
Notas: (a) Previsões

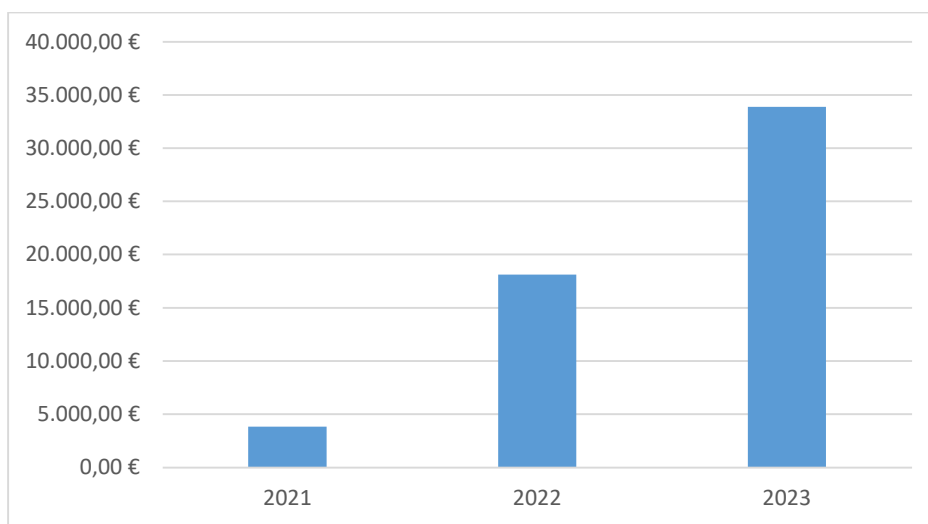
Como notas finais, o crescimento trimestral recuperará de forma muito gradual ao longo de 2024. A recuperação beneficiará da aceleração da procura externa, do impacto da redução da inflação sobre o rendimento real das famílias — não obstante o aumento esperado das taxas de juro reais — e do impulso dos fundos europeus sobre o investimento. No médio prazo, o crescimento beneficiará da dissipação gradual dos efeitos da restritividade da política monetária.

*João Gomes* *Paulo Soares*

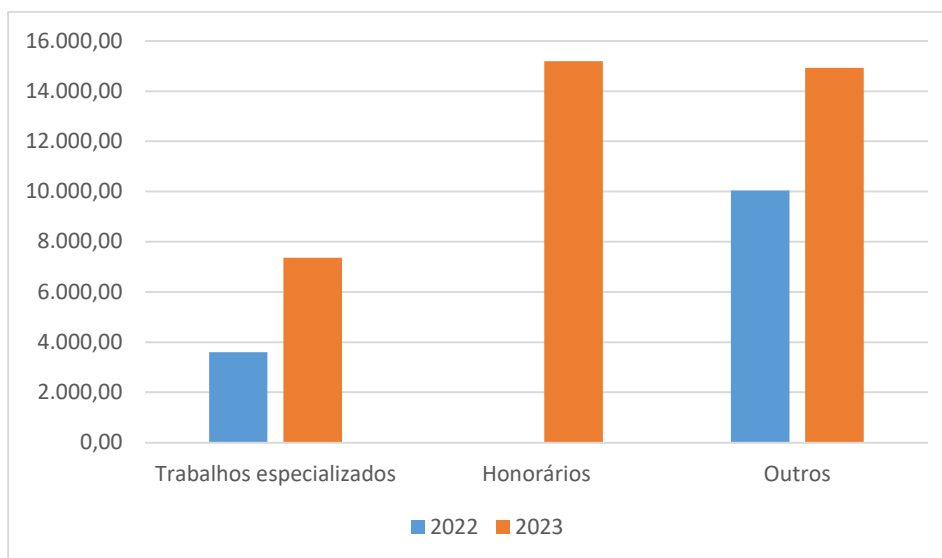
## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2023

### RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Ao nível dos rendimentos estes decorrem das rendas de imóveis, conforme se apresenta:



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de trabalhos especializados e honorários, conforme se apresenta (valores em euros):



*Handwritten signatures*



### **3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

### **4. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024**

Para o exercício de 2024, de acordo com o respetivo orçamento, estão previstos rendimentos de 35.000 euros derivados das receitas de atividades e outras, incluindo subsídios e doações.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

### **6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Direção propõe a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 828,16 euros (oitocentos e vinte e oito euros e dezasseis cêntimos) em Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de abril de 2024

**Direção**

*Maria Paula Marques Faria de Sousa  
Marquês de Amélia Noqueira Amorim Santos*



Fundação Cuidar o Futuro  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
<b>Activos fixos tangíveis</b>	5.1	933 040,85	933 175,27
Subtotal		933 040,85	933 175,27
<b>Activo corrente</b>			
Cientes		503,31	300,00
Estado e outros Entes públicos		18,68	459,66
Caixa e depósitos bancários	4.2	17 566,19	17 434,14
Subtotal		18 088,18	18 193,80
<b>Total do Activo</b>		<b>951 129,03</b>	<b>951 369,07</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	6	182 956,57	182 956,57
Resultados transitados	6	(104 081,16)	(104 146,32)
Outros Excedentes de Revalorização AFT	6	774 783,43	774 783,43
Outras variações nos fundos patrimoniais	6	89 008,77	89 008,77
Resultado Liquidado do período		828,16	65,16
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>943 495,77</b>	<b>942 667,61</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	7	306,70	760,22
Estado e outros Entes públicos		267,48	17,32
Outras contas a pagar	7	7 059,08	7 923,92
Outros passivos financeiros			
Subtotal		7 633,26	8 701,46
<b>Total do Passivo</b>		<b>7 633,26</b>	<b>8 701,46</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>		<b>951 129,03</b>	<b>951 369,07</b>

Contabil. Certificada nº 80072

*L Alves*

A Administração

*Jefferson Paulo Barros*



Fundação Cuidar o Futuro  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		33 890,52	18 106,50
Subsídios, doações e legados à exploração	8	6 500,00	1 250,00
Fornecimentos e serviços externos	9	(37 473,38)	(18 334,50)
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,34
Outros gastos e perdas		(1 734,41)	(711,73)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 182,73</b>	<b>310,61</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(134,42)	(228,13)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 048,31</b>	<b>82,48</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 048,31</b>	<b>82,48</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício		220,15	17,32
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>828,16</b>	<b>65,16</b>

Contabil. Certificada nº 80072

A Administração

*L Alves*

*Jefferson Paulo Barros*



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Cuidar o Futuro (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 951.129 euros e um total de fundos patrimoniais de 943.496 euros, incluindo um resultado líquido de 828 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

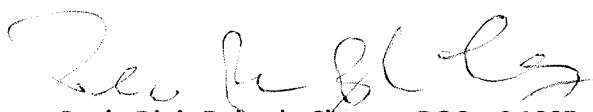
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2024

**Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181**  
representada por:



**Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085**  
**Registado na CMVM com o n.º 20160697**

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho de Administração da  
Fundação Cuidar o Futuro  
Lisboa

Em cumprimento do disposto nos Estatutos da Fundação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Comissão Executiva e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da vossa Fundação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Comissão Executiva quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Comissão Executiva, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Fundação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Tocha, Chaves & Associados decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

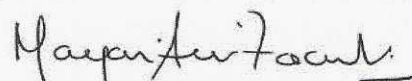
1. O Relatório de Gestão apresentado pela Comissão Executiva deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Comissão Executiva devem ser aprovadas; e
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Comissão Executiva deve ser aprovada.

Lisboa, 12 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL



Pedro Filipe da Ponte Espírito Santo - Presidente



Margarida André Zoccoli - Vogal



Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por  
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal